

Os projectos de favelas que são tanto dos arquitectos como da comunidade

Milia Lorraine Khuoury A investigadora sul-africana estudou várias intervenções arquitectónicas nas favelas africanas e acredita que a participação da comunidade no processo torna os projectos mais eficazes



Entrevista Camilo Soldado

Makoko é um bairro de lata construído sobre a água nos arredores de Lagos, na Nigéria. Numa zona onde a intervenção do Estado ao nível do urbanismo é escassa, a escola flutuante de Makoko, desenhada pelo arquitecto Kunlé Adeyemi, servia como exemplo de como se pode harmonizar soluções arquitectónicas não muito dispendiosas com as necessidades da população. A estrutura construída em 2013 chegou a receber vários prémios (entre os quais o leão de prata na Bienal de Veneza), mas colapsou no início deste mês de Junho sob a pressão das chuvas torrenciais.

Juntamente com a intervenção numa urbanização da época do apartheid na Cidade do Cabo (África do Sul), da autoria do arquitecto Luyanda Mpahlwa,

a escola flutuante de Makoko é um dos casos de estudo de Milia Lorraine Khoury, académica sul-africana que se debruçou sobre projectos nos bairros de lata (ou em sítios que resultam de processos de “urbanismo espontâneo”, como lhe prefere chamar). Os dois casos têm em comum o facto de serem o resultado da participação activa dos cidadãos no projecto.

No Centro de Estudo Sociais, em Coimbra, para dar um seminário sobre soluções arquitectónicas que envolvem a participação da comunidade, a investigadora da Cape Peninsula University of Technology, na Cidade do Cabo, conversou connosco sobre estas intervenções nas favelas e como se pode melhorar a vida das pessoas nestes ambientes.

Pode explicar o conceito de “urbanismo espontâneo”?

Já ouvimos conceitos como “cidades informais” e “cidades

planeadas”. Já ouvimos palavras como “favelas” ou “bairros de lata”. Muitas vezes essas palavras têm uma conotação negativa. “Urbanismo espontâneo” é um termo mais positivo para o desejo humano de criar a sua própria habitação, o seu próprio ambiente. Refere-se mais ao acto do que ao lugar, que é muitas vezes definido como não sendo planeado, como informal. Por isso, o termo “urbanismo espontâneo” humaniza-o um bocado mais.

Nos projectos que estudou fala-se de incluir as comunidades que beneficiam da intervenção no processo da sua concepção. Como funciona?

O que acontece frequentemente é que tem que se identificar todos os agentes e iniciar um processo de negociação. A partir do envolvimento começa-se a ter uma ideia de quais são as suas necessidades intrínsecas.



Frequentemente, no processo de envolvimento, é quase como se se fizesse primeiro estudos etnográficos. Não se chega ao local e se diz “esta é a solução”.

O que significa isso para o papel de designer ou arquitecto? Significa que trabalhem em colaboração e que não se trata da fama associada a ser o autor do projecto, obter crédito por isso, é mais facilitar o projecto. Normalmente é preciso um longo processo de envolvimento, que passa pela identificação dos agentes e ter encontros para tentar ter uma ideia sobre quais as necessidades da comunidade.

Refere os processos sustentáveis e os materiais de origem local de baixo custo. Dá-me exemplos de materiais não utilizados em projectos convencionais?

O projecto da Cidade do Cabo fica no distrito Norte, numa zona chamada Cape Flats. Muitas das pessoas que vivem nessa área foram originalmente retiradas à força das suas casas (no District 6) na década de 1960 pelo governo do apartheid. Cape Flats é considerado um terreno baldio estéril, muito arenoso e tem uma área enorme. No projecto de habitação de baixo custo “10x10”,

“Urbanismo espontâneo’ é um termo mais positivo para o desejo de criar a sua habitação”

NELSON GARRIDO



eles decidiram pegar em 10 arquitectos locais e juntá-los com dez arquitectos internacionais. A ideia é desenhar 10 casas com os mesmos constrangimentos orçamentais que os programas de construção governamentais. Para a zona de Freedom Park, em Cape Flats, o arquitecto Luyanda Mpahlwa experimentou sistemas de construção vernaculares, de vime e terra crua, mas fê-lo com uma casa com estrutura de madeira e sacos de areia, devido ao facto de o local ser tão arenoso. Há muitas mulheres naquela comunidade, que frequentaram *workshops* para

ajudar no processo de encher os sacos. A areia serve como isolador natural, porque arrefece no Verão e aquece durante o Inverno.

Dado que se prevê que o número de habitantes das favelas duplique até 2030, as soluções propõem-se a resolver os novos problemas desses complexos?

2030 não é assim tão longe e vamos ter que lidar igualmente com o impacto do crescimento do ponto de vista do seu efeito no ambiente, recursos e aumento de população. Mas não se pode abordar essas questões do

“Se eles se constituem como participantes, é mais provável que se apropriem dos projectos. É bem melhor caminhar nessa direcção e assegurar a sustentabilidade das intervenções”

planeamento urbano da mesma forma do que no passado.

Isso significa que...

Esse é o meu ponto de vista, mas também é algo que ouvi do arquitecto Alfredo Brillembourg, o fundador de um think-tank muito interessante sobre arquitectura, que tem olhado para as designadas favelas na Venezuela e adoptou um conjunto de ferramentas urbanas em que não se redesenha tudo. Num projecto na Cidade do Cabo, chamado Empower Shack, focou-se numa área, envolveu a comunidade e reconstruiu-a em termos de habitação. Também trabalhou num novo modelo em que, se não se pode expandir para o exterior, tem que se expandir na vertical. Vários projectos têm tido essa abordagem, também em várias partes da América do Sul. Tentar encontrar soluções que possam ter um efeito de repercussão progressivo. A ideia de redesenhá-la a favela parece uma tarefa impossível. Por onde começar?

A ideia com que se fica é que este tipo de projectos não constituem uma prática generalizada, mas antes intervenções localizadas. É uma suposição correcta?

Há cada vez mais projectos a nascer. As pessoas estão a optar progressivamente por um trabalho que implica uma maior participação.

Mas tendo em conta a vastidão das favelas.

Decerto que ainda não é uma prática generalizada, mas acredito que pode haver oportunidades para adoptar este tipo de soluções numa relação entre design, arquitectura, governos e políticas locais.

Muitas vezes os programas de habitação são subsidiados pelo governo de uma forma que quase impossibilita o desenho de obter uma forma humana, porque as especificações não o permitem. Na África do Sul, o programa de reconstrução e desenvolvimento lançado pelo governo após o fim do apartheid atribui um orçamento de cerca de 65 mil rands (cerca de 3800 euros), o que não é muito. Havia uma espécie de desenho padronizado que teria que ser utilizado para cada nova casa. Alguém como Luyanda Mpahlwa tem o desafio de enfrentar os mesmos

constrangimentos orçamentais que o programa governamental, mas tentando desenhar as casas de forma mais humana por oposição ao edifício padronizado.

E se olhar para o trabalho do arquitecto Alejandro Aravena, que é o director da bienal de Veneza, há muito disso a acontecer na América do Sul. As pessoas podem personalizar elementos do edifício de forma a que não pareça tudo o mesmo e retirado do mesmo molde.

São programas subsidiados pelos governos a não ser que tenha sorte de que determinada organização financie. Há as organizações não-governamentais como a What Design Can Do, Architecture for Humanity, Architectures Sans Frontiers. Todos têm feito algum trabalho. Mas, muitas vezes, verifica-se esse cenário: eles chegam, intervêm e vão-se embora e é esse o problema. A longo prazo, isso não é o ideal.

Não permite que as pessoas que beneficiam sejam envolvidas. As pessoas precisam de ser envolvida a vários níveis. Se eles se constituem como participantes, é mais provável que se apropriem destes projectos. É bem melhor caminhar nessa direcção e assegurar a sustentabilidade dessas intervenções.

Já referiu os diferentes materiais utilizados. O colapso da escola flutuante de Makoko é revelador da fragilidade deste tipo de soluções?

Ao desenhar a escola flutuante, Adeyemi resolveu a questão da subida do nível das águas. Em relação aos danos causados pelas chuvas torrenciais de há duas semanas, foi um bocado doloroso ler sobre isso, sobre um projecto que ganhou vários prémios. A resposta foi interessante. A comunidade disse que o ia reconstruir, o que significa que se apropriou daquele projecto. Muitos deles trabalharam na construção e aprenderam técnicas de como construir a escola, que funcionou quase como um edifício protótipo, de forma a que eles próprios pudessem construir coisas similares. Houve uma transferência de conhecimento. O que acontece ao arquitecto neste cenário é que ele se transforma no mediador, mas não é o proprietário final da construção.